

A POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ E AS INTERVENÇÕES NA FAVELA TAMARUTACA

THE SLUM URBANIZATION POLICY IN THE MUNICIPALITY OF SANTO ANDRE AND THE INTERVENTIONS IN THE TAMARUTACA SLUM

MATHEUS GRACIOSI PINTO, ROSANA DENALDI

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o processo de urbanização da favela Tamarutaca localizada no Município de Santo André, entre os anos de 1989 e 2020. Foram três décadas de intervenções, que atravessaram diferentes contextos locais marcados por mudanças na configuração das favelas, no modelo de gestão local da política e nas possibilidades de financiamento da urbanização. Buscou-se identificar as principais abordagens e estratégias adotadas ao longo desse período, assim como apontar as limitações e dificuldades enfrentadas. A elaboração do estudo contou com pesquisa documental e realização de entrevistas coletivas e individuais com técnicos municipais e lideranças comunitárias que atuaram no período. Conclui-se que a Tamarutaca foi urbanizada por meio de camadas de urbanização, que elevaram a qualidade de vida e da moradia da maioria dos seus habitantes, mas não foram suficientes para solucionar todos os problemas. Constata-se que se trata de uma intervenção complexa e que a abordagem da urbanização integrada, valorização da participação social e a ação intersetorial permitiu alcançar resultados positivos, mas que permanecem os desafios, entre outros, de financiar processos contínuos de urbanização e garantir a permanência do Estado nesses territórios, durante e após a conclusão das obras.

ABSTRACT

This paper studies the urbanization process of the Tamarutaca slum, located in the city of Santo André, between the years of 1989 and 2020. It involves three decades of interventions, spanning different local contexts marked by changes in the configuration of the slums, the model of local management of the policy, and possibilities of financing the urbanization. The aim was to identify the main methods and strategies adopted during this period, as well as to highlight the limitations and difficulties that were faced. The study was based on documentary research and of collective and individual interviews with municipal staff and community leaders that were active during the period. It is concluded that Tamarutaca was urbanized through layers of urbanization that increased the quality of living and housing of most inhabitants but were insufficient to solve all problems. It is noted that this was a complex intervention and that the approach of integrated urbanization, valuing of social participation, and intersectoral action generated positive results. Nevertheless, several challenges remained, such as the financing of continuous urbanization processes and guaranteeing the State's presence in these areas during and after the conclusion of the works.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização de favelas. Favela. Tamarutaca. Santo André.

KEYWORDS: Slum urbanization. Slums. Tamarutaca. Santo André.

INTRODUÇÃO

A FORMAÇÃO DE favelas se constituiu historicamente no processo de urbanização do país como parte das cidades brasileiras. Trata-se de um problema estrutural que decorre, principalmente, da restrição ao acesso à terra pela população mais pobre, resultado do processo de acumulação a partir do espaço, que inviabiliza o acesso à moradia e às boas localizações, combinado a uma política pública habitacional que, de forma geral, não conseguiu atender a população de baixa renda (MARICATO, 2011).

A consolidação da favela no tecido urbano das cidades brasileiras demandou a formulação de respostas por parte do poder público, que foram se transformando ao longo do tempo. De projetos higienistas de erradicação que vigoraram até os anos 1960, passou-se a admitir a presença das favelas na cidade e, depois, a implementar programas voltados à urbanização e à regularização fundiária desses territórios.

Ao longo das últimas quatro décadas, pôde-se observar o aprimoramento da intervenção governamental. Denaldi (2003) lembra que a concepção das políticas desenvolvidas pelos municípios pioneiros, na década de 1980, orientava-se pelo reconhecimento legal da posse da terra e pela garantia de “direitos sociais mínimos”, como o acesso ao saneamento. Para a autora, a partir da década seguinte, essa concepção evoluiu: as intervenções passaram a buscar a integração das favelas à cidade, e o escopo da urbanização foi ampliado, incorporando diversas dimensões do problema. A partir desse período, o conceito de “urbanização integrada” é difundido.

A urbanização integrada de favelas, simples ou complexa, compreende a abertura e consolidação de sistema viário, implantação de infraestrutura completa, reparcelamento do solo (quando couber), execução de obras de consolidação geotécnica, construção (quando necessária) de equipamentos sociais, promoção de melhorias habitacionais, produção de novas moradias e de regularização fundiária (BRASIL, 2010, p. 30, grifo nosso).

Cardoso e Denaldi (2018) observam que a normativa dos programas federais voltados à urbanização de favelas, como o Habitar Brasil e o Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), lançados em 1993 e 2007, respectivamente, dialoga com as experiências municipais acumuladas e adota esse conceito. A concepção de “Urbanização Integrada” de certa forma coincide com o tipo de intervenção denominado por Brakarz, Greene e Rojas (2002, p. 27) como *Integrated Neighborhood upgrading programs*, que “[...] inclui diversos componentes que buscam lidar com os problemas complexos de pobreza urbana e promovem integração física, social e econômica de assentamentos informais com o restante da cidade”.

No entanto, a despeito da evolução do conceito de intervenção e da relevância dos resultados das urbanizações na promoção da melhoria das con-

dições de vida dos moradores, urbanizar e integrar as favelas à cidade permanece um desafio, tanto em termos quantitativos, como em relação à qualidade da urbanização resultante.

Os processos de urbanização são longos, muitas vezes ocorrem por meio da somatória de intervenções realizadas em diferentes períodos e contam com investimentos insuficientes para a conclusão da urbanização integrada da favela ou para a resolução de todos os seus problemas.

A partir da análise dos projetos financiados no âmbito do PAC-UAP em nove regiões metropolitanas, Denaldi e Cardoso (2021), apontam que as urbanizações ocorrem, de forma geral, por meio de camadas de intervenção realizadas ao longo do tempo e que, mesmo em favelas já urbanizadas, é necessário complementar a urbanização para solucionar problemas não tratados ou que apareceram após a conclusão das intervenções. Além disso, nem sempre a urbanização alcança patamares desejáveis de qualidade: é comum a permanência de problemas ambientais (TRAVASSOS, 2010; DENALDI, FERRARA, 2017) e outros relacionados à precariedade das habitações (CARVALHO, 2008; COELHO, 2017; DENALDI, SANTOS, 2021) e com a qualidade dos serviços de saneamento integrado e do espaço de uso comum resultante (MORETTI *et al.*, 2015; ZUQUIM *et al.*, 2019).

Vale ressaltar que os resultados alcançados em projetos de urbanização de favelas também se relacionam com a capacidade institucional dos municípios que é muito desigual (ARRETCHE, 2012; LIMA-SILVA, 2019). Estudo coordenado por Cardoso e Denaldi (2018) aponta que os resultados alcançados em intervenções financiadas pelo PAC-UAP se relacionam com as trajetórias municipais de intervenção em favelas e com modelos institucionais e políticos criados anteriormente.

Diante desse quadro, considera-se importante ampliar o conhecimento sobre a complexidade do processo de urbanização de favelas no contexto de municípios que priorizaram essa ação na agenda governamental e criaram condições institucionais para realizá-la. Nesse sentido, para tratar desse tema, este trabalho apresenta a recuperação histórica da urbanização da favela Tamarutaca no Município de Santo André, entre os anos de 1989 e 2020, buscando identificar as principais abordagens e estratégias adotadas assim como as limitações e dificuldades enfrentadas durante esse longo processo.

O Município de Santo André é reconhecido como experiência emblemática de urbanização de favelas. Para Lima-Silva e Ferreira (2022) desenvolveu capacidades técnico-administrativas para operacionalizar seus programas de forma autônoma e inovadora. Silva, Denaldi e Cardoso (2022) e Denaldi *et al.* (2022) apontam que possui uma trajetória caracterizada por maior tempo de permanência da favela na agenda das políticas públicas e que a experiência tornou-se uma referência nacional.

Com quase três décadas de intervenções, que se iniciaram em 1989 e atravessaram diferentes períodos históricos, a urbanização da Tamarutaca se entrelaça com a história da política de urbanização de favelas do Município de Santo André, que é marcada por inovações relacionadas com o planejamento

das ações na escala da cidade, matricialidade, abordagem e estratégias de gestão e participação social, mas também por dificuldades não superadas e que também foram enfrentadas em várias outras experiências municipais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A recuperação histórica do processo de urbanização da Tamarutaca se deu por meio de pesquisa documental e realização de entrevistas coletivas e individuais com lideranças comunitárias e técnicos que integraram o setor habitacional da Prefeitura Municipal de Santo André (PMSA) no período de 1989 a 2020. Também foram coletadas informações constantes nos acervos da PMSA e nos acervos pessoais de servidores municipais entrevistados.

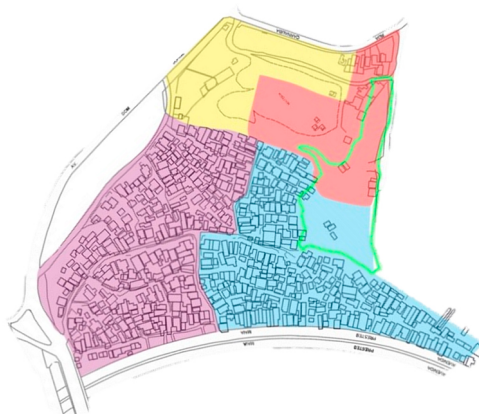
Para a realização da recuperação histórica do processo de urbanização, utilizou-se como referência a periodização adotada no estudo “Direito à Cidade e Habitação: Condicionantes Institucionais e Normativas para a Implementação de Políticas (Programas e Projetos) de Urbanização de Favelas no Município de Santo André”, organizado por Denaldi et al. (2021), que trata da trajetória da política de urbanização de favelas em Santo André em quatro períodos.

O primeiro período, de 1989 a 1992, coincide com o momento em que a política de urbanização de favelas foi estruturada no município; no segundo período, de 1993 a 1996, houve uma alternância de governo e o tema da urbanização de favelas saiu da agenda municipal; o terceiro período, de 1997 a 2008, corresponde a três administrações consecutivas do Partido dos Trabalhadores (PT), é marcado pela retomada e priorização dos programas de urbanização de favelas na agenda de governo, diversificação das modalidades de intervenção e implementação do Programa Santo André Mais Igual (SAMI); no quarto e último período, de 2009 a 2020, ocorreram alternâncias administrativas e políticas no governo local, que não acarretaram a paralisação do programa de urbanização de favelas, mas que alteraram sua prioridade na agenda.

As intervenções físicas na favela Tamarutaca, isto é, a execução das obras de urbanização, foram estruturadas em quatro setores, representados na *Figura 1*: Área de Reassentamento 1 (AR-1); Área de Reassentamento 2 (AR-2); Setor 1 e Setor 2.

FIGURA 1 — Tamarutaca: setores de intervenção.

Fonte: Elaborada pelos autores (2020), com base em plantas e documentos cedidos por entrevistados.

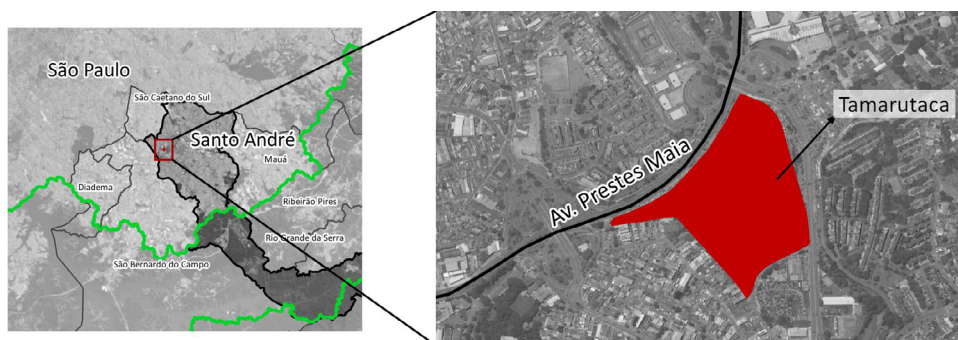


O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA TAMARUTACA

O Município de Santo André, com pouco mais de 670 mil habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), localiza-se na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), mais precisamente na Região do ABC. De acordo com o estudo “Diagnóstico Habitacional Regional do ABC” (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, 2016), em Santo André há 161 favelas que abrigam 39.365 domicílios, aproximadamente 18% do total de domicílios em favelas de toda a região. A Tamarutaca está localizada na região central do Município de Santo André, próxima à Avenida Prestes Maia, importante eixo de conexão entre São Paulo e Santo André (Figura 2). Possui cerca de 100 mil metros quadrados de área e, em 2019, segundo resultados preliminares do levantamento de aglomerados subnormais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019), a favela contava com 1.431 domicílios.

FIGURA 2 – Localização do Município de Santo André e da Favela Tamarutaca.

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).



PRIMEIRO PERÍODO (1989 A 1992)

As intervenções do tipo urbanização de favelas no Município de Santo André iniciaram-se em 1989, na primeira gestão do prefeito Celso Daniel, do PT. Nessa gestão, estruturou-se uma política habitacional, foi criada a Secretaria de Habitação (SEHAB) e instituídos os seguintes programas direcionados às favelas: o Programa de Urbanização Integral (URB), cujo objetivo consistia na urbanização completa da favela; o Programa de Pré-Urbanização (Pré-URB), voltado à execução de melhorias e intervenções pontuais; e o Programa de Apoio à Autoconstrução, que fornecia projetos e assistência técnica para a construção ou reforma das moradias. No período, também foi aprovada a Lei Municipal nº 6.864 de 1991, que permitia a delimitação das favelas, localizadas em áreas públicas ou privadas, como Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), para promover sua urbanização e regularização fundiária.

Os recursos canalizados nesse período foram exclusivamente municipais, provenientes do orçamento da Prefeitura e da empresa municipal Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa), que passou a executar obras de infraestrutura, além da abertura e pavimentação de sistema viário nas favelas.

A integração intersetorial e a participação popular foram dois eixos importantes da estratégia de intervenção adotada no primeiro período. De acordo com Denaldi *et al.* (2021), a participação social era um compromisso

político do grupo que assumiu a administração municipal. Foram instituídos, na escala da cidade, diversos espaços e canais de participação, formais e informais, de caráter consultivo e deliberativo: o Orçamento Participativo (OP), o Fórum do URB, que consistia em reuniões para o acompanhamento e monitoramento do andamento das obras de urbanização, e o Fórum do Pré-URB, no qual eram realizadas avaliações periódicas do programa e verificada a possibilidade de implementação do programa em outras favelas.

Na escala das favelas, formaram-se comissões de moradores e realizavam-se assembleias e reuniões para discutir as propostas de intervenção e estratégias para realizá-las. Além disso, o Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados (MDDF) foi importante parceiro da SEHAB e participou ativamente da produção de diagnósticos e definições de prioridades (PINTO, 2021).

Em 1989, a Tamarutaca foi uma das favelas eleitas para receber intervenção do tipo “URB”, isto é, Urbanização Integral. Acredita-se que a principal motivação para a sua escolha tenha sido a pressão exercida pelo MDDF e pela Comissão de Moradores da Tamarutaca, que participava ativamente dos fóruns de urbanização (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1992b).

No período, o conceito de urbanização integral compreendia a consolidação total da favela, com a implantação integral do plano de urbanização, composto por (i) obras de infraestrutura (saneamento básico, readequação do viário e pavimentação), (ii) reparcelamento do solo, (iii) disponibilização de assistência técnica gratuita para apoiar a construção das unidades habitacionais dos moradores, (iv) programas complementares de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos e (v) regularização fundiária (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1992a).

A situação da Tamarutaca em 1989 não era diferente das demais 89 favelas existentes no município: a maioria das habitações era de madeira (*Figura 3*), a oferta de água era parcial, apenas alguns setores contavam com energia elétrica, não havia rede de esgoto e a coleta de lixo era feita de forma precária (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1989a, 1992a). A Tamarutaca abrigava, à época, 800 famílias, aproximadamente, e no interior de sua poligonal havia setores não ocupados, isto é, a favela ainda contava com áreas vazias.

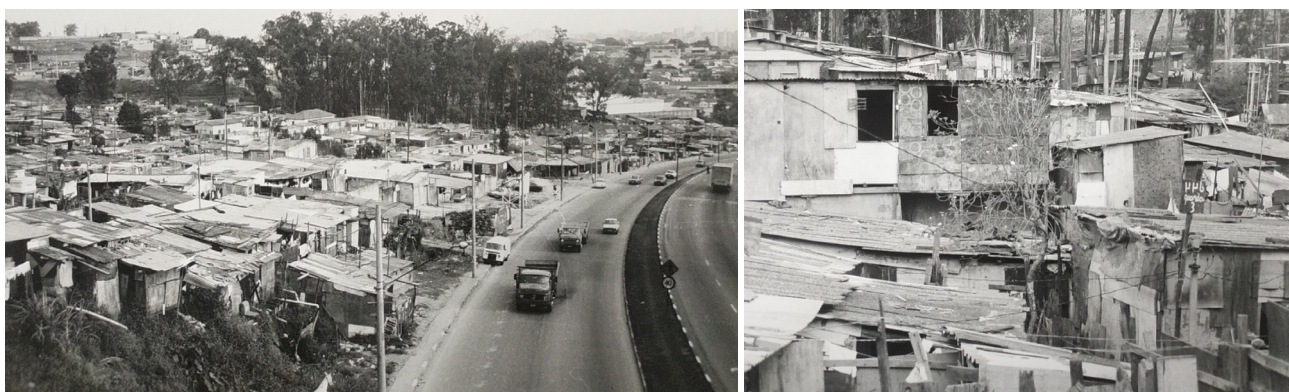


FIGURA 3 — Tamarutaca antes da urbanização.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André (1989b).

Inicialmente, as intervenções na Tamarutaca foram orientadas por projetos de parcelamento do tipo “estudo preliminar”, produzidos para setores da favela. Adotou-se a estratégia de reparcelamento da área, ou seja, o reordenamento das vias, quadras e lotes, uma vez que se considerou que a manutenção do padrão urbanístico existente implicaria na consolidação de situações de habitação muito inadequadas. Essa estratégia de intervenção era viável porque as áreas vazias existentes na Tamarutaca viabilizaram a realocação interna das famílias e porque a maioria das moradias era de madeira ou construída com material provisório (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1992b).

Segundo os entrevistados, as intervenções foram iniciadas nas áreas vazias identificadas como AR-1 e AR-2 na *figura 1*, que configuravam uma “área pulmão” e possibilitaram o início das realocações, ou seja, tratava-se de áreas vazias nas quais as famílias poderiam residir de maneira improvisada, enquanto preparava-se o reparcelamento e a instalação da infraestrutura. Posteriormente, as áreas AR-1 e AR-2 também foram parceladas, dotadas de infraestrutura e receberam famílias que habitavam setores de risco ou áreas destinadas a abertura de viário nos setores 1 e 2. Em seguida, iniciou-se a urbanização do Setor 1 (*Figura 4*).

FIGURA 4 — Intervenção no Setor 1.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André (1992c).



Vale ressaltar que a equipe municipal pactuou critérios para a urbanização com os moradores da Tamarutaca, dentre os quais destacam-se os seguintes: solução do reparcelamento estudada por quadra e trabalho executado por etapas; lotes com área mínima de 70 metros quadrados e acesso à via pública, quer seja rua, seja viela com no mínimo três metros de largura; manutenção das casas de alvenaria que não estivessem em situação de risco ou inviabilizassem a solução do reparcelamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1992b).

Entre 1989 e 1992, enquanto realizavam-se as intervenções, houve um aumento do número de famílias residentes na Tamarutaca, que passou de 800 para 1.104, o que acarretou mudanças no padrão de urbanização. Esse adensamento inviabilizou a manutenção do tamanho mínimo de lote, que foi reduzido para 40 metros quadrados.

Para execução das intervenções, a Prefeitura providenciou um escritório de campo que funcionava dentro de um *container* localizado no entorno do perímetro da Tamarutaca. O projeto era definido “quadra a quadra” e à medida que as famílias se deslocavam para as áreas reparceladas.

Para promover o reparcelamento e a substituição do tecido, as famílias demoliam e reconstruíam seus barracos (ou suas moradias) nos “novos lotes” e, quase sempre, recebiam um “kit barraco” que era composto por folhas de madeirite, caibros, sarrafos e telhas, material suficiente para a construção de um embrião de 12 metros quadrados (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 1992a) (Figura 5). O “kit barraco” era necessário, uma vez que, de forma geral, não se conseguia reutilizar a madeira das moradias existentes, que era de baixa qualidade.

FIGURA 5 — Novas moradias construídas com o *kit-barraco*.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André (1992c).



Uma vez realocadas nos novos lotes, as famílias recebiam apoio da prefeitura para a autoconstrução das moradias em alvenaria. A equipe municipal do setor “Moradia Econômica” fornecia o projeto e prestava assistência técnica para a construção. Os projetos eram desenvolvidos a partir do diálogo com as famílias, segundo depoimento de um dos entrevistados:

Não saíamos de lá [canteiro]. Jaime saía da prancheta e sentava em uma mesinha do lado de fora do *container* para atender cada família individualmente, começava perguntando sobre a senhora [...] então dizia você constrói primeiro assim, depois você complementa a casa desse jeito [...] (PINTO, 2018, p. 46).

Tratava-se de um processo que envolvia a comunidade em todas as fases de planejamento e execução (PINTO, 2018). As reuniões realizadas com os moradores da Tamarutaca, também chamadas de fóruns de acompanhamento do URB, ocorriam semanalmente e tinham como objetivo informar sobre o andamento das ações pactuadas e avaliar sua execução.

Em 1992, no final da primeira gestão do Prefeito Celso Daniel, as obras nos setores Ar-1 e AR-2 estavam concluídas e a urbanização do Setor 1 encontrava-se bastante avançada (Figura 6).

FIGURA 6 — Áreas urbanizadas e não urbanizadas da Tamarutaca em 1992.

Fonte: Elaborada pelos autores (2022), com base em Prefeitura Municipal de Santo André (1993).



SEGUNDO PERÍODO (1993 A 1996)

A partir de 1993, o novo prefeito eleito, de partido de oposição ao PT, não deu continuidade ao programa de urbanização de favelas. Na Tamarutaca, as intervenções foram interrompidas e a equipe municipal se afastou da comunidade.

Durante o segundo período, ocorreu novo adensamento populacional e construtivo na Tamarutaca: o número de famílias moradoras da favela aumentou de 1.100 em 1993 para 1.400 em 1997 (PINTO, 2018). Além disso, áreas que haviam sido desocupadas no período anterior (1989-1992) para reparcelamento ou abertura de viário foram reocupadas.

TERCEIRO PERÍODO (1997 A 2008)

Em 1997, com a reeleição de Celso Daniel (PT), as intervenções em favelas são retomadas. Já no primeiro ano de gestão, o governo municipal lançou o Programa Santo André Mais Igual (SAMI), ao qual o programa de Urbanização Integral foi vinculado. Além dos recursos municipais, o SAMI contou com aporte financeiro de programas federais e recursos internacionais, especialmente da União Europeia (UE). Na primeira etapa de implantação (1997-2000), o SAMI foi levado para quatro favelas, sendo uma delas a Tamarutaca. Entre 2001 e 2004, mais três favelas passam a ser atendidas pelo programa. Em 2005, encerra-se o aporte de recursos da União Europeia, porém os programas sociais que compunham o SAMI continuaram a ser implementados.

O slogan “Tudo junto, ao mesmo tempo e no mesmo lugar” expressa a concepção proposta pelo SAMI (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 2001a). O programa buscou atender as famílias moradoras de núcleos de favela em processo de urbanização com diversos programas setoriais (habitação, educação, saúde, garantia de renda, desenvolvimento econômico, entre outros), articulados institucionalmente e, concentrados espacialmente. Quanto à estratégia de ação, a PMSA adotou como princípios do programa a integração, a territorialização das ações nas favelas e a participação da comunidade, e buscou enfrentar, principalmente, as dimensões urbanas, econômicas e sociais da exclusão.

Nesse período, as parcerias para a viabilização de intervenções em favelas no município ganharam impulso com a participação de universidades e organizações não governamentais, e de organismos nacionais e internacionais, como a UE, o Programa de Gestão Urbana (PGU) e a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). A estrutura de financiamento para a urbanização das favelas se altera significativamente: além dos recursos municipais, foram alocados recursos da UE, por meio do “Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas” (APD), e do Governo Federal, por meio de diversos programas.

A urbanização da Tamarutaca é retomada nesse contexto de inovação, dado pela estruturação do SAMI e de ampliação da capacidade de investimento para a execução das intervenções. Entretanto, o adensamento da favela, que passou a abrigar 1.400 famílias, aproximadamente, impôs novos desafios à continuidade da urbanização. Esse aumento de domicílios foi resultado principalmente da ocupação de áreas que ainda não haviam sido urbanizadas, áreas de alta declividade e risco, e também de áreas destinadas à abertura do sistema viário.

O aumento da população e da densidade construtiva impuseram a necessidade de reassentamento de famílias fora da poligonal da favela para a manutenção do padrão mínimo de urbanização (lotes de 40 metros quadrados e vias com largura mínima de três metros) e, portanto, o avanço da urbanização passou a depender da produção de novas moradias.

Para viabilizar a provisão habitacional necessária ao reassentamento das famílias, o município teve que lidar com a dificuldade de disponibilizar terras e captar recursos para a produção das novas moradias, o que tornou a urbanização mais morosa.

Para enfrentar o desafio de remover as famílias, e liberar frentes de obras, inicialmente adotou-se a estratégia de construção de alojamentos (moradias provisórias), solução que não se mostrou adequada, sendo, posteriormente, substituída pelo “Programa de Benefício Financeiro”, também conhecido como “Auxílio Aluguel”, um tipo de apoio financeiro às famílias removidas, para pagamento temporário de aluguel até o seu atendimento definitivo.

O modo de urbanizar a favela Tamarutaca assemelhou-se com o praticado no primeiro período (1989-1992). Promoveu-se o reparcelamento

do solo, com adoção do lote mínimo de 40 metros quadrados, abertura de viário e execução de infraestrutura. Foram realizados remanejamentos internos com disponibilização do “*kit-barraco*”, e reassentamentos em áreas externas com a remoção de famílias para conjuntos habitacionais. O “Balanço de atividades de 2001-2004” registra que 109 famílias da Tamarutaca foram removidas para cinco diferentes localidades (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 2004). Somam-se a essas ações, a construção de equipamentos comunitários como praças e centro comunitário.

A assistência técnica à autoconstrução passou a ser realizada pela Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (Peabiru-TCA) – Organização não governamental de assistência técnica – e com a utilização de recursos da União Europeia. A Peabiru era responsável por auxiliar na demarcação de lotes e acompanhar as famílias removidas, além de prestar assessoria técnica à autoconstrução das novas moradias.

Em 2003, o município instituiu o programa “Melhor Ainda”, que viabilizava assistência técnica e crédito para reforma ou ampliação das moradias em áreas urbanizadas ou em urbanização. Os recursos permitiam compra de material, contratação de mão de obra especializada e pagamento de assistência técnica, e a obtenção de crédito era condicionada à construção ou adaptação da moradia para responder à eliminação de riscos e à diretrizes de conforto ambiental (ventilação e iluminação) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 2002).

Durante o período de 1998 a 2004, no qual a Tamarutaca integrou o SAMI, além das intervenções físicas, diversos programas sociais foram levados para a comunidade.

Registra-se que 104 famílias participaram de algum dos programas de geração de trabalho e renda, 174 famílias participaram de cursos profissionalizantes, 53 famílias fizeram parte do programa Gênero e Cidadania, 276 famílias participaram do programa Renda Mínima e 120 famílias foram atendidas pelo programa MOVA/SEJA (MAZZEO & RANGEL, 2005).

Por meio da comparação do desempenho dos programas sociais em regiões da cidade com características semelhantes, a PMSA concluiu que a eficácia desses programas era maior nas áreas cobertas pelo SAMI (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 2001b).

Uma avaliação do primeiro período de implantação do SAMI (1997 a 2000) realizada para as quatro favelas atendidas pelo programa, produzida pela PMSA e contratada pela UE no âmbito do Programa APD, apontou que o programa alcançou resultado muito satisfatório (CERRITELLI, 2008). A avaliação produzida por Cerritelli (2008) considerou alto o nível de eficácia do programa e indicou que o resultado alcançado pode ser atribuído principalmente aos seguintes fatores: (i) inclusão social como prioridade de governo; (ii) experiência de governo acumulada com participação; (iii) aprimoramentos de diversos programas sociais; e (iv) atuação coordenada de diversas secretarias municipais (CERRITELLI, 2008).

Em relação às intervenções físicas, até 2004, as obras no Setor 1, iniciadas no período anterior, foram finalizadas. Já no Setor 2, a urbanização encontrava-se em andamento, com as intervenções concluídas em parte das quadras do setor.

Os recursos do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS) foram canalizados para execução de obras de infraestrutura e os recursos da UE foram utilizados para viabilizar (i) programas sociais; (ii) construção de Centro Comunitário; (iii) aquisição de “kit barraco”; e (iv) assistência técnica à autoconstrução.

Entretanto, ao longo do terceiro período, as áreas de risco foram constantemente reocupadas, acarretando pendências de remoção e urbanização. A solução desse problema dependia da disponibilização de recursos adicionais tanto para aquisição de terra quanto para construção de novas moradias. Além disso, a recuperação das áreas de risco demandava recursos não previstos para execução de obras mais complexas em decorrência das características geomorfológicas mais íngremes dos terrenos.

Em resumo, até 2004, aproximadamente 85% da favela encontrava-se urbanizada, sendo que, do total de 1.300 famílias, 1.100 já haviam sido atendidas com as intervenções (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 2004). A partir de 2005, com o encerramento do aporte de recursos pela União Europeia no SAMI, o município dá continuidade à urbanização com recursos próprios. No período de 2005 a 2008, foram realizadas obras de parcelamento e execução de infraestrutura em áreas específicas do Setor 2, mas a falta de recursos para produção de novas moradias inviabilizou a execução das remoções e reassentamentos necessários para a conclusão das obras. Em 2008, 92% da urbanização da Tamarutaca estava concluída.

Ao longo desse período de 12 anos, a equipe municipal foi se afastando da comunidade, gradativamente, em grande medida como decorrência da conclusão da maior parte das obras de urbanização na favela. Contudo, Denaldi *et al.* (2021) e Lima-Silva (2019) apontam outros fatores importantes para esse afastamento gradativo, como a redução do tamanho da equipe municipal lotada no setor habitacional e o aumento do trabalho burocrático, voltado para captação de recursos e gestão de financiamentos, como: produção de relatórios, cronogramas, medições e termos de referência.

QUARTO PERÍODO (2009 A 2020)

O quarto período corresponde a três gestões municipais, dos prefeitos Aidan Ravin (2009-2012), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Carlos Grana (2013-2016), do PT, e Paulo Serra (2017-2020), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A alternância administrativa e política no período não acarretou a paralisação do programa de urbanização de favelas, mas alterou sua prioridade na agenda local. Esse período coincide com o momento de interrupção do Programa Santo André Mais Igual e de ampliação da capacidade de investimento do município, a partir do aporte de recursos federais através

do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançados em 2007 e 2009, respectivamente.

Cabe registrar que Santo André conseguiu captar R\$ 382 milhões do PAC para intervenções em 15 assentamentos precários (CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC, 2016).

O município concentrou esforços para implementar as intervenções financiadas pelo PAC e enfrentou dificuldades para disponibilizar ou adquirir terras e viabilizar a captação de recursos necessários à produção de novas moradias vinculadas a essas intervenções.

No quarto período, pode-se observar uma perda gradual do quadro técnico do setor habitacional do município. Segundo Denaldi *et al.* (2021) e Lima-Silva (2019), Santo André perdeu, ao longo dos anos, capacidade estatal para a implementação de políticas de urbanização de favelas, tanto em decorrência da redução do quadro técnico especializado, quanto também pela mudança de perfil de técnicos e dirigentes. Denaldi *et al.* (2021) lembram que a diminuição da equipe técnica com experiência em favelas ocorreu justamente quando se ampliaram as demandas burocráticas relacionadas com as exigências dos órgãos financiadores, e isso contribuiu para afastar os técnicos municipais do campo.

Nesse período, as intervenções na Tamarutaca foram desaceleradas. Os entrevistados apontam que a maioria dos serviços necessários à conclusão da urbanização havia sido realizada e o principal problema a ser enfrentado se resumia à reocupação constante das áreas de risco. Em novembro de 2009, foi realizado um levantamento na Tamarutaca, no qual identificou-se a necessidade de remoção de 123 famílias que ocupavam áreas de risco (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 2009). Em 2015, novo levantamento apontou que 144 famílias ocupavam essas áreas. Além disso, era necessário executar obras de contenção geotécnica, com muros de arrimo e drenagem nos setores de risco.

Durante o quarto período, buscou-se produzir novas moradias para remover e reassentar as famílias que ocupavam áreas de risco ou áreas não consolidáveis da Tamarutaca, como também solucionar pendências de urbanização de períodos anteriores. Ou seja, pode-se dizer que o período foi marcado por ações voltadas à provisão habitacional para viabilizar a conclusão da urbanização na Tamarutaca.

Durante a gestão do Prefeito Aidan Ravin, teve início a construção de novas unidades habitacionais no Conjunto Prestes Maia para atendimento de famílias da Tamarutaca. Entretanto, a obra apresentou graves problemas construtivos e o contrato com a empreiteira acabou sendo cancelado.

A alternativa proposta na gestão do Prefeito Carlos Grana foi o atendimento das famílias da Tamarutaca por meio de uma parceria com o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). A PMSA comprou e disponibilizou um terreno para a produção de dois conjuntos com 910 unidades habitacio-

nais no total, com recursos do programa federal Minha Casa Minha Vida – modalidade Entidades (MCMV-E). As obras foram iniciadas em 2015 e ficaram prontas em 2018. O MTST definiu a demanda para 410 unidades habitacionais e a prefeitura para as outras 500 unidades, sendo que 79 foram destinadas a famílias da Tamarutaca que ocupavam áreas de risco.

Ao longo do quarto período, o adensamento construtivo da Tamarutaca teve continuidade: os moradores ampliaram suas moradias, construíram o segundo e muitas vezes o terceiro pavimento, sendo que muitos lotes abrigam mais que uma família. Entretanto, essas ampliações foram realizadas sem acompanhamento técnico da prefeitura como havia ocorrido em períodos anteriores. O município não contava mais com recursos externos para contratação de serviços de assistência técnica e também não dispunha de recursos municipais e de equipe própria para realizá-los. Cabe registrar que o processo de redução de quadros se manteve, e, como mencionado anteriormente, a reduzida equipe municipal se voltou para outras atividades como a contratação e gestão de financiamentos do PAC e do programa MCMV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização da favela Tamarutaca ainda não foi concluída e sua história se entrelaça com a trajetória da política de urbanização de favelas do Município de Santo André, refletindo os diferentes momentos da implementação dessa política, que foram marcados por mudanças na configuração das favelas, no modelo de gestão local da política e nas possibilidades de financiamento da urbanização.

As intervenções realizadas ao longo do período compreendido entre os anos de 1989 e 2020 elevaram a qualidade de vida e da moradia da maioria de seus habitantes. As informações levantadas permitem apontar que os programas desenvolvidos no âmbito do SAMI (1997-2008) criaram oportunidades e favoreceram a melhoria das condições socioeconômicas de muitas famílias.

Os resultados positivos alcançados estão relacionados, em grande medida, com a combinação dos seguintes fatores: prioridade política, equipe técnica engajada, ação interdisciplinar e participação social como um elemento organizador da intervenção.

No primeiro e terceiro períodos, a participação social foi um dos elementos que organizou a intervenção e permitiu que o município executasse operações complexas ou conflituosas. O perfil de engajamento dos técnicos municipais e a presença constante na área permitiram o estabelecimento de uma relação de confiança com a população e contribuíram para a superação de dificuldades no processo de urbanização da Tamarutaca. Nos dois períodos, a intersetorialidade também trouxe ganhos importantes como a viabilização das ações de urbanização e a ampliação do atendimento por programas sociais.

Destaca-se a tentativa de tratar a precariedade da unidade habitacional no âmbito de um processo de urbanização de favelas, aspecto que não é obser-

vado na maioria desse tipo de intervenção. A precariedade da unidade habitacional no primeiro período foi tratada por meio de duas estratégias: adoção de lote (fração ideal de terra) mínimo e apoio à autoconstrução das moradias (projeto e assistência técnica). No terceiro período, manteve-se essa estratégia e foram disponibilizados recursos municipais e da União Europeia para financiar a melhoria das unidades habitacionais.

A manutenção da adoção de uma fração ideal mínima de terra, no contexto de adensamento populacional da área, resultou na elevação de percentual de remoção e reassentamento, o que dificultou e tornou mais morosa a urbanização. Vale ressaltar que as práticas de urbanização de favelas em regiões metropolitanas têm ficado cada vez mais dependentes da disponibilização de terras e captação de recursos para produção de novas moradias, ação que envolve altos custos.

Entretanto, a adequação de densidade é uma estratégia importante para solucionar os problemas de insalubridade das moradias. O contexto da pandemia COVID-19 iluminou o problema da existência de elevado percentual de moradias inadequadas localizadas em favelas urbanizadas. De forma geral, essa inadequação é resultado da consolidação de situações de insalubridade associadas ao adensamento excessivo das moradias.

Vários fatores explicam a dificuldade de conclusão da urbanização: (i) território em constante transformação e adensamento; (ii) alternâncias de governo e mudanças de prioridade; (iii) dificuldades de captar recursos e combinar as ações de urbanização e produção de novas moradias; (iv) dificuldade de o município exercer o controle urbano (fiscalização) e se manter presente no território.

O caso da Tamarutaca confirma que as “urbanizações nunca terminam”. Como mencionado anteriormente, em muitos contextos, as favelas receberam, em diferentes períodos, intervenções que solucionaram parcialmente os problemas. Essas intervenções constituem camadas de urbanização. Os problemas não solucionados se somam a outros que surgem e são potencializados pelo permanente adensamento construtivo e populacional das favelas. A Tamarutaca foi urbanizada por meio dessas camadas de intervenção, e assim como relatado em outros estudos, permanece a necessidade de execução de algumas obras e serviços para solucionar problemas pendentes ou que surgiram após a conclusão das intervenções.

A favela é um território em permanente transformação e as intervenções do tipo urbanização são de grande complexidade. Aponta-se a dificuldade de desenvolver um projeto único e definitivo para esse tipo de território e estabelecer o momento de término da intervenção. Constata-se que a lógica de financiamento de projeto de urbanização de favelas deveria ser substituída pela lógica de financiamento de processos de urbanização.

O caso da Tamarutaca também confirma a importância da permanência do Estado nesses territórios, durante e após a conclusão das obras. A presença da autoridade municipal nas áreas urbanizadas, por meio da prestação de ser-

viços e diálogo permanente com os moradores, não é um objetivo facilmente alcançado, e a tendência de austeridade fiscal em curso, implica na redução dos recursos humanos alocados de forma permanente na gestão pública municipal, o que dificulta ainda mais alcançar esse objetivo.

Por fim, o caso estudado ilumina a complexidade de urbanização de assentamentos precários e a dificuldade de sua conclusão, mesmo se tratando de um município que, durante a maior parte da sua trajetória de urbanização, priorizou a ação e apresentou elevada capacidade institucional. A maioria dos municípios brasileiros não possuem essa condição e, nesse contexto, urbanizar e integrar os assentamentos se constitui um desafio ainda maior. Nesse sentido, o caso de Santo André remete à necessidade de avançar na elaboração de uma agenda de pesquisa organizada em torno das potencialidades que cercam a economia política dos programas de urbanização de favelas no Brasil e dos limites estruturais como a descontinuidade das políticas e da alocação de recursos e os impactos socioambientais contraditórios da dinâmica do mercado imobiliário sobre os assentamentos precários.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as entrevistas concedidas por técnicos que trabalharam no setor habitacional da Prefeitura Municipal de Santo André no período de 1989 a 2020.

NOTAS

1. Artigo elaborado a partir da dissertação de M. G. PINTO, intitulada: "A trajetória de construção da política de urbanização de favelas no Município de Santo André e as intervenções na favela Tamarutaca". Universidade Federal do ABC, 2021. Apoio/Support: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2019/07414-1).
2. O desenho programático do Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) seguiu a lógica estabelecida pelo programa HBB, que previa o financiamento de diversos componentes, como: infraestrutura, equipamentos sociais, produção de novas moradias, recuperação ambiental, requalificação habitacional, trabalho social e regularização fundiária.
3. Registra-se que, em que pese sua importância, o tema da regularização fundiária não fez parte do escopo desse trabalho.
4. Sobre a trajetória da política de urbanização de favelas em Santo André, ver Denaldi *et al.* (2021).
5. Newton Brandão, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).
6. Foram articulados através do SAMI os seguintes programas: Urbanização de Favelas e Produção Habitacional; Microcrédito (Banco do Povo); Incubação de Cooperativas; Capacitação de Empreendedores Populares (Empreendedor Popular); Formação Profissional; MOVA - Alfabetização para Adolescentes e Adultos; Renda Mínima, acoplado ao atendimento escolar; Saúde da Família – provisão descentralizada de serviços de saúde, empregando agentes de saúde que operam nos bairros; e Criança Cidadã – programa destinado ao atendimento de crianças (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 2002).
7. Programa de Ação Social em Saneamento (PASS), Projeto de Assistência Técnica ao PROSANEAR (PAT-PROSANEAR), Habitar Brasil-BID (HBB-BID), entre outros.
8. Há registros da remoção de 10 famílias para o conjunto habitacional Prestes Maia IV, 20 famílias para o conjunto Hab. Prestes Maia V, 16 famílias para o conjunto hab. Prestes Maia VI,

quatro famílias para o núcleo habitacional Cata Preta, 11 famílias para o núcleo habitacional Apucarana e 44 famílias para o conjunto habitacional Avenida Áurea (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, 2004).

9. Programa Empreendedor Popular, Banco do Povo e Incubadora de cooperativas.
10. A parceria com a União Europeia se encerra em 2004, de modo que os recursos disponíveis para urbanização de favelas diminuam. Mesmo sem recursos externos, o Programa Santo André Mais Igual continua existindo, sob a supervisão da Secretaria de Inclusão Social, e os 18 programas sociais que compunham o programa, em parceria com 12 áreas de governo (secretarias), continuaram sendo executados, sendo que a responsabilidade financeira era de cada uma das pastas (educação, saúde, etc).

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. *et al.* *Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional*. Brasília: Ministério das Cidades, 2012.

BRAKARZ, J.; GREENE, M.; ROJAS, E. *Cities for all: recent experiences with neighborhood upgrading programs*. Washington, D. C.: Inter-American Development Bank, 2002.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Ações integradas de urbanização de assentamentos precários*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). In: CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. (org.). *Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CARVALHO, S. A. *Avaliação da aplicabilidade do conceito de habitabilidade nas moradias das favelas cariocas: o caso de Vila Canoas*. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CERRITELLI, W. E. Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas – APD Rio de Janeiro e Santo André. Santo André: [s.n.], 2008. Relatório Final. Mimeografado.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. *Diagnóstico Habitacional Regional do ABC*. São Bernardo do Campo: UFABC, 2016. Relatório. Disponível em: <http://lepur.com.br/wp-content/uploads/2017/12/03-Diagnostico-Habitacional-Regional-do-Grande-ABC-Relat%C3%B3rio-Final.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2020.

COELHO, C. B. *Melhorias habitacionais em favelas urbanizadas: impasses e perspectivas*. 2017. 230 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DENALDI, R. *Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses*. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DENALDI, R.; FERRARA, L. N. Urbanização de favelas na região do ABC Paulista, Brasil: um balanço das intervenções recentes e seus desafios. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA HABITAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO, 4., 2017, Portugal. *Anais [...]*. Portugal: Universidade da Beira Interior, 2017.

DENALDI, R. *et al.* *Direito à Cidade e Habitação: condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Santo André: relatório de pesquisa*. Santo André: [s.n.], 2021.

DENALDI, R.; CARDOSO, A. Slum upgrading beyond incubation: exploring the dilemmas of nation-wide large scale policy interventions in Brazil's growth acceleration programme (PAC). *International Journal of Urban Sustainable Development*, v. 13, n. 3, p. 530-545, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1080/19463138.2021.1958336>

DENALDI, R.; SANTOS, F. Urbanização de favelas e o tratamento da precariedade das moradias: notas sobre as intervenções realizadas no âmbito do PAC em São Paulo. In: CARDOSO, A.; D'OTTAVIANO, C. (org.). *Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos*

de crise. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2021. p. 491-516.

DENALDI, R. *et al.* Urbanização de favelas em Santo André uma trajetória marcada pelo pioneirismo e inovação. In: SILVA, N. M.; CARDOSO L. A.; DENALDI, R. (org.). *Urbanização de favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Aglomerados Subnormais 2019: classificação preliminar para o enfrentamento à covid-19*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIMA-SILVA, F. *Prioridade política e capacidade burocrática: a implementação do PAC Urbanização de Assentamentos Precários*. 2019. 317 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Faculdade Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

LIMA-SILVA, F.; FERREIRA, D. G. Governos Municipais e urbanização de favelas: variação nas trajetórias locais e na implementação do PAC-UAP. In: SILVA, N. M.; CARDOSO, L. A.; DENALDI, R. (org.). *Urbanização de favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 69-106.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAZZEO & RANGEL. *Pesquisa de avaliação do programa Santo André Mais Igual*. [S.l.]: Mazzeo & Rangel, 2005. Pesquisa de Opinião e Mercado.

MORETTI, R. S. *et al.* *Identificação e caracterização dos empreendimentos do PAC-UAP na Região do ABC*. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2015. Relatório de Pesquisa.

PINTO, M. G. *Urbanização de favelas e o tratamento da precariedade habitacional*. São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2018. Relatório de Iniciação Científica.

PINTO, M. G. *A trajetória de construção da política de urbanização de favelas no município de Santo André e as intervenções na favela Tamarutaca*. 2021. 182 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Cartilha AEIS: garanta o seu direito*. Santo André: PMSA-Departamento de Habitação, 1989a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Registro fotográfico* [cedido por Alexandra Reschke]. Santo André: PMSA-Departamento de Habitação, 1989b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Santo André: 4 anos de direito à cidade: democracia, cidadania e inversão de prioridades*. Santo André: PMSA, 1992a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Favela Tamarutaca: diagnóstico e proposta de intervenção*. Santo André: PMSA, 1992b. Relatório Técnico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Registros fotográficos cedidos por Alexandra Reschke*. Diretora de Habitação da Prefeitura de Santo André, 1992c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Levantamento planialtimétrico do município de Santo André em 1993*. Santo André: PMSA, 1993. Arquivo digital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Santo André Mais Igual - Programa Integrado de Inclusão Social*. (Revista). Santo André: PMSA, 2001a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Pesquisa Cumulativa – Indicadores de qualidade dos serviços de manutenção – encaminhamentos às concessionárias e secretarias*. (Relatório) CERFE/DEHABSISH. Santo André: PMSA-Departamento de Habitação (DEHAB), 2001b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Santo André Mais Igual: Programa Integrado de Inclusão Social*. Santo André: PMSA, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Balço de atividades 2001-2004*: Secretaria de Inclusão Social e Habitação, dezembro de 2004. Santo André: PMSA, 2004. Relatório Técnico.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. *Atas de reuniões do DEHAB com moradores das áreas Platô, Platozinho, Mocoção e Morro*. Santo André: PMSA, 2009.

SILVA, N.M.; DENALDI, R.; CARDOSO L. A. Trajetórias de políticas municipais de urbanização de favelas análise comparada das experiências de Belo Horizonte, Campina Grande, Curitiba, Fortaleza, Pelotas, Recife, Rio de Janeiro e Santo André. In: SILVA, N.M.; CARDOSO L. A.; DENALDI, R. (org.). *Urbanização de favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 25-68.


TRAVASSOS, L. R. F. C. *Revelando os rios: novos paradigmas para a intervenção em fundos de vale urbanos na Cidade de São Paulo*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Doi: <http://doi.org/10.11606/T.90.2010.tde-22102010-104858>

ZUQUIM, M. D. L. et al. Urbanização em disputa: apropriação dos espaços públicos em Santo Domingo Savio (Medellín) e Vila Nova Jaguaré (São Paulo). *Revista F@ro*, v. 2, n. 30, p. 83-103, 2019.

MATHEUS GRACIOSI PINTO

 0000-0001-9783-1377 | Universidade Federal do ABC | Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas | Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território | São Bernardo do Campo, SP, Brasil.

ROSANA DENALDI

 0000-0001-6463-4457 | Universidade Federal do ABC | Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas | Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território | São Bernardo do Campo, SP, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: R. DENALDI | E-mail: rosana.denaldi@ufabc.edu.br

COLABORADORES

M. G PINTO colaborou na coleta, sistematização e análise de dados e elaboração do texto. R. DENALDI colaborou na análise dos dados, elaboração do texto e participou como orientadora da pesquisa.

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

PINTO, M. G.; DENALDI, R. A política de urbanização de favelas no município de Santo André e as intervenções na Favela Tamarutaca. *Oculum Ensaios*, v. 20, e235573, 2023. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v20e2023a5573>

RECEBIDO EM

10/1/2022

REAPRESENTADO EM

10/7/2022

APROVADO EM

28/10/2022

EDITOR RESPONSÁVEL

Jonathas Magalhães e
Renata Baesso